



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO SALÃO COMUNITÁRIO DO MORRO SANTANA (GOGÔ), ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 74/2025, DE AUTORIA DOS VEREADORES ÍTALO HENRIQUE DE OLIVEIRA E RONALDO ALVES BENTO, PARA DEBATER A ATUAL SITUAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO GOGÔ E GARANTIR QUE OS MORADORES ESTEJAM DEVIDAMENTE INFORMADOS E ENVOLVIDOS NAS DECISÕES QUE IMPACTAM DIRETAMENTE O TERRITÓRIO EM QUE VIVEM, AO QUINTO DIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE CINCO. (05/06/2025)

Ao quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, quinta-feira, às dezenove horas e onze minutos, foi realizada a Audiência Pública no salão comunitário do morro Santana (Gogô), atendendo ao requerimento nº 74/2025, de autoria dos vereadores Ítalo Henrique de Oliveira e Ronaldo Alves Bento, para debater a atual situação do parque arqueológico do Gogô e garantir que os moradores estejam devidamente informados e envolvidos nas decisões que impactam diretamente o território em que vivem. **Participaram da reunião:** os Vereadores Ronaldo Alves Bento, Italo Henrique de Oliveira. **Registraram Presença:** Sr. Alexandre Augusto Carneiro, Secretário Municipal de Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Proteção Animal; Sr. Ramon Leonardo Magalhães, Secretário de Segurança Pública; Sr. Rubens de Mendonça Júnior, Procurador Jurídico; Sra. Marcela Gregório Barreto, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Morro Santana; Sr. Ricardo de Oliveira, vice- presidente da Associação de Moradores do Bairro Morro Santana; Sr. Carlos Eduardo Souza Campos, Professor; Sr. Leandro Henrique dos Santos, Professor; Sra. Alenice Maria Motta Baeta; arqueóloga, Sr. Bernardo Campomizzi Machado, advogado, Sr. Roberto Rodrigues, proprietário do imóvel; Sra. Josimari de Oliveira Policarpo, Tesoureira da Associação, Francisco Neves, morador do Bairro Gogô, Leandro Santos, representante do Jornal Espeto; Sr. Carlos Eduardo Campos, representante do Museu do Gogô, Sr. Décio Gabriel Soares, morador do Bairro Gogô; Eduarda de Fátima Diniz, moradora do Bairro Gogô; Sr. Vitor Moreira da Silva Araújo, Morador do Bairro Gogô; Sr. Mathais Henrique Lorato, Assessor; Sr. Rodrigo Paiva, Advogado; Sra. Maraisa Felício, Ouvidoria; Sra. Juliana Lúcia Ribeiro Silva, Ouvidoria; Sr. Bruno Ferreira Barbosa, repórter; Sr. Célio Maciel Silvéro, morador do Bairro Gogô; Sra. Hinara Luiza Lopes, Jornalista; Sr. João Benedito do Nascimento Gonçalves, representante do Jornal Geraes; Sra. Maria José Divino, moradora do Bairro Gogô; Sr. Wilson Carcino, morador do Bairro Gogô; Sr. Lucas, morador do Bairro Gogô; Sr. Wesley de Melo, morador do Bairro Gogô; Sra. Ruth Ferreira dos Reis, moradora do Bairro Gogô; Sr. Silvany Ferreira, moradora do Bairro Gogô; Isabela Ferreira Jorge, Moradora do Bairro Gogô; Sr. Du Evangelista, Morador do Bairro Gogô. **ABERTURA:** Com a palavra o Vereador Ítalo de Oliveira iniciou os trabalhos “Invocando a Proteção e as Bênçãos de Deus, lembrando que todo Poder demanda do povo” Em seguida agradeceu a Associação por ceder o espaço para a realização da audiência pública, estendendo o agradecimento a todos presentes. Com a palavra, a Sra. Marcela Gregório, iniciou sua fala explicando sobre o parque arqueológico, que abriga a origem de Mariana, onde há ruínas, minas subterrâneas da época da exploração do ouro e resquícios das tecnologias africanas utilizadas na construção de edificações antigas que fazem parte da nossa história. Em seguida, explicou a importância da preservação do local, que já conta com estudos avançados, embora não tenha prosperado. Esclareceu que esse patrimônio arqueológico constitui um direito fundamental. Com a palavra, o Sr. Ricardo de Oliveira, explicou que Mariana se iniciou nesse local, o qual possui construções antigas que não podem ser derrubadas, além de cemitérios sobre uma igreja que foi demolida. Destacou que o bairro não possui igreja, e que o salão comunitário é utilizado como tal. Frisou a necessidade de reconstrução da igreja. Ressaltou que essa área não pode ser destruída e deve ser preservada para as gerações futuras. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo, disse que há mais de vinte anos luta pela preservação do parque arqueológico. Apresentou uma reportagem publicada no jornal Espeto, no ano de dois mil e um, que trata do desaparecimento de peças da Igreja



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Santana. Ressaltou que, a partir dessa reportagem, o patrimônio arqueológico na região do Gogô começou a se deteriorar. Relembrou que doou a imagem de Santana para resgatar a festa religiosa, além de organizar procissões até o alto da igreja. Mencionou que o poder público aceitou a ideia. Seguidamente, informou que, no ano de dois mil e sete, a arqueóloga Alenice Baeta foi contratada para elaborar o dossiê de tombamento. Relatou que havia vontade do poder público em implantar o sítio arqueológico. Dando continuidade, o Sr. Carlos Eduardo lembrou um acidente ocorrido com uma criança, que caiu em um buraco enquanto soltava papagaio. À época, trabalhava na Secretaria de Cultura como coordenador de eventos, e afirmou que existiam dois painéis feitos pela Prefeitura, que foram levados. A partir desses eventos, percebeu que haveria um ponto final quanto ao sítio arqueológico. Disse que montou um museu com peças da família, além de objetos encontrados na região e doações, a fim de preservar a história local, recebendo visitas de escolas e curiosos. Ininterruptamente, leu um relato de uma visitante, a quem acredita ser afrodescendente, e falou sobre a origem de sua família, ressaltando o valor do sítio arqueológico como único vestígio da fundação de Mariana. Disse que a Prefeitura fez diversos projetos, mas nenhum foi executado, e que Mariana corre risco de perder esse patrimônio. Dando sequência, a palavra foi passada ao professor Leandro, que relatou que, no dia dezesseis de julho de dois mil e dezesseis, esteve no velório do menino Henrique, que faleceu após cair em um buraco de sari. Destacou que a preocupação vai além da preservação do patrimônio histórico — é também com a vida. Ressaltou que no ano de dois mil e quinze ocorreram seis ou sete acidentes no local. Explicou que o Gogô está integrado à rota dos escravizados, que vieram da África e chegaram a Minas Gerais. O Morro Santo Antônio, Passagem e o Morro Santana, Gogô, estão inseridos nessa rota. Explicou que o nome "Gogô" surgiu da dificuldade que os ingleses tinham de pronunciar "Vamos-vamos", nome do bairro de baixo: João Vamos-vamos. Assim, traduziram para "Gogô". Mencionou que a igreja de Mariana foi demolida e levada para Belo Horizonte, cujas peças retornaram após abaixo-assinado e ação judicial. Desde dois mil e oito, essas peças permanecem paradas em Mariana, sem destino. Ressaltou que houve iniciativas importantes, como o decreto de tombamento municipal, durante a gestão do ex-prefeito Celso Cota, cujo objetivo era evitar acidentes, preservar vidas e a história. Frisou que preservar a história também gera economia criativa por meio da visitação, citando o museu do Gogô como referência. Enfatizou que a audiência pública é um momento de reflexão e cuidado com o patrimônio. Com a palavra o advogado Bernardo Machado, disse que representa a OAB do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e que está no conselho desde dois mil e dezesseis ou dois mil e dezessete, ocasião em que questionou o poder público municipal sobre medidas de preservação sobre o patrimônio do Gogô, e desde então houve processos judiciais, sendo que em um deles o proprietário do imóvel constatou que não havia tido a oportunidade de recorrer contra o decreto de tombamento definitivo da área, conseguindo, assim, a anulação do decreto do tombamento definitivo, mas mantendo o tombamento provisório da área até o final do procedimento administrativo, que não terminou até hoje. Essa decisão foi de dois mil e dezenove e que até o momento o Município e a Secretaria de Cultura, não tomou medidas administrativas para que finalizasse esse procedimento. Disse que em todas as reuniões do conselho de patrimônio, houve esse questionamento, mas nunca houve respostas por parte do poder executivo municipal sobre a finalização desse procedimento de tombamento definitivo. Ressaltou que no ano passado, houve uma reunião na qual uma empresa foi contratada pelo município de Mariana, para realizar um plano de manejo dentro de um processo administrativo. Destacou que a empresa era de Goiás e que a empresa contratada para fazer um plano de manejo de um sítio arqueológico não conhecia a área a ser manejada e que desde então não foi apresentado mais nada para o conselho e que esse processo não é encontrado dentro da Prefeitura, destacou que como membro do Conselho de Patrimônio, a finalização desse procedimento para a preservação do bem cultural e acima de tudo da vida das pessoas é de fundamental importância. Fazendo menção ao dia mundial do meio ambiente, cobrou uma resposta do poder público desse procedimento que já deveria ter sido finalizado. Com a palavra, o Sr. Roberto Rodrigues iniciou seu relato contando que foi morador do Morro Santo Antônio entre o ano de oitenta e sete até noventa e três, uma época em que a localidade era bem diferente do



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

que é hoje. Naqueles tempos, o morro não tinha eletricidade, nem ônibus, nem sequer televisão, e a população era escassa e com a chegada da eletricidade, no entanto, surgiram as primeiras invasões. Em seguida, o Sr. Roberto mencionou que, na tentativa de conter esse crescimento desordenado, o Ministério Público interveio, impedindo que a Prefeitura colocasse energia elétrica na área, com o intuito de barrar as invasões. Contudo, ele ressaltou a dificuldade do setor privado em combater o poder público, que, muitas vezes, é o maior responsável pela promoção da urbanização e pela expansão das invasões. Ele citou uma ação específica em que a Prefeitura, em parceria com a Cemig, atuou para eletrificar essas áreas invadidas, o que tornou ainda mais difícil conter o avanço das ocupações. Relatou que a partir de dois mil e oito, o foco do debate passou a ser a preservação do sítio arqueológico, quando a Prefeitura tentou desapropriar uma área que se estendia do Rosário até o Gogô, com o objetivo de criar a “nova Mariana”. No entanto, essa tentativa não foi bem-sucedida, e então resolveram tomar a área. Na sequência, disse, foi assinado um decreto que visava tomar a área, mas esse processo foi conduzido sem o devido planejamento. Informou que não houve, por exemplo, a elaboração de um plano de manejo, que é um passo essencial para garantir a gestão adequada de um sítio tombado. Por causa dessa falha, a Justiça Federal anulou o decreto de tombamento, e o processo voltou à etapa de elaboração do plano de manejo. A elaboração do plano foi, então, retomada. Em seguida disse que a Prefeitura contratou uma empresa especializada para desenvolver o plano de manejo, que foi apresentado em uma audiência pública. Esse plano abordava vários desafios da área, como a segurança contra acidentes, a presença de buracos, as dificuldades de acesso e a necessidade de apoio dos bombeiros. No entanto, após a apresentação, o processo estagnou, e o plano de manejo não avançou. Ato contínuo, o Sr. Roberto questionou, inclusive, se o Conselho responsável está recebendo o ICMS cultural relativo a esse tombamento provisório, pois acredita que o recebimento desse recurso pode diminuir a pressão para que o processo de tombamento tenha sequência. Em sua fala, o Sr. Roberto também levantou a questão da sustentabilidade das ações de preservação, citando o Parque das Queimadas, em Ouro Preto, que existe há vinte anos, mas que ninguém visita, o que, segundo ele, demonstra a dificuldade de manter projetos de preservação sem uma base sólida de gestão e interesse público. Em seguida, se mostrou favorável à preservação, mas com uma condição: que seja financeiramente viável e sustentável. Continuamente, mencionou que o poder público precisa ser mais transparente e realista sobre suas capacidades, uma vez que o debate sobre o tombamento e a preservação já está sendo discutido há mais de vinte anos. Finalizou com uma crítica ao fato de que, apesar de tanto tempo de discussão, pouca coisa foi concretizada, e ainda há uma falta de clareza sobre o que realmente pode ser feito em relação à preservação da área. O Sr. Roberto Rodrigues destacou a necessidade urgente de uma gestão eficaz, sustentável e financeiramente viável para a preservação do sítio arqueológico, alertando para o risco de se criar um projeto que não tenha o respaldo necessário para ser mantido ao longo do tempo, o que poderia resultar em mais uma promessa não cumprida do poder público. Ato contínuo, o Vereador Ítalo, disse que vai solicitar à Secretaria da casa para fazer o requerimento para saber onde está o processo administrativo. Com a palavra o vereador Ronaldo Bento, disse que existe um plano de manejo na Prefeitura, mas que não tinha o inteiro teor do que estava acontecendo sobre a desapropriação e o tombamento a qual foi negligenciada pelo IPHAN trazendo uma responsabilidade para o Município. Em seguida, disse que ouvindo atentamente e tomando conhecimento da real situação do sítio arqueológico, entende-se que o Município não tem condições financeiras para sustentar o sítio, principalmente através dos processos existentes e que já foram vencidos. Ressaltou que de todos desdobramentos, terá que ser feito uma desapropriação, não desapropriação de terra nua, mas de um local mineral, local onde o subsolo é da mineração e o pagamento, desdobramento deste financeiro é sobre setor mineral e que isso já foi presidido pelo MPM dentro do Processo. Seguidamente, disse que é necessário buscar um caminho e que caso confirme esse tombamento será um pagamento que será feito sobre a questão mineral. Em seguida disse ser necessário saber se a Prefeitura tem capacidade e condições e se vai dar continuidade, além do financeiro, para cuidar, tratar e desapropriar o que é de direito. Questionou se o Poder Público municipal sem o levantamento do que é o financeiro, tem



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro; Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

condições de assumir e dar continuidade ao que está acontecendo, pois a forma que foi judicializado torna tudo favorável ao proprietário do terreno. Com a palavra a Sra. Alenice, mencionou que o ICMS cultural provavelmente deve estar sendo captado pelo Município de Mariana, mas que por lei o Município não é obrigado a aplicar o dinheiro que recebe naquele item do patrimônio cultural, salvo, se a comunidade decidir que a Prefeitura tem o compromisso de reverter a verba para o bem cultural, e que isso é uma decisão política, sendo um compromisso que o Prefeito e os vereadores tem que ter. E que apesar do dinheiro ser recebido pela Prefeitura ele pode ser gasto em outras áreas, porém, há a necessidade de uma política cultural por meio da Secretaria de Cultura para que a verba recebida seja aplicada naquele bem cultural. Em seguida, disse que existem milhares de sítio arqueológicos no país e que o IPHAN não tem condições de fazer a gestão dos milhares sítios arqueológicos espalhados por todo Brasil, ele é uma entidade que orienta e que é por isso que na Constituição Federal divide com o Estado e os Municípios esta corresponsabilidade. Dando continuidade, citou o exemplo de Minas Gerais que possui pelo menos vinte sítios em paredões, boa parte deles do calcário e todavia são conservados porque são sítios arqueológicos pré-coloniais e protegidos pela lei três nove dois quatro de sessenta e um, se no subsolo tem um bem mineral que pode ser comercializado em função do patrimônio que ali está, ele tem que ser protegido por que tem que ter regramento no âmbito do nosso patrimônio, como é o caso do Morro de Santana e do Morro Santo Antônio, há um complexo de superficial de patrimônio arqueológico que não pode ser destruído por lei, por decisões, convenções internacionais, por cartas internacionais que protegem sítios arqueológicos, a qual o Brasil é signatário. Esclareceu que o patrimônio que inicia o processo de tombamento é automaticamente tombado, mesmo que não seja tombado, mesmo que não seja cadastrado, sítio arqueológico é naturalmente pela Constituição “per si” bem da União. Se de fato vai haver ou um parque arqueológico, ele já é um bem cultural que tem que ser protegido. Em seguida, disse que os vereadores tem que cobrar do Prefeito a conversão do ICMS cultural para o bem tombado, para que possam ser feito todos os cuidados emergenciais, como colocar grades nos sarilhos, placa de orientações, fornecer cursos de formação das pessoas da região, da comunidade, isso independente de ter ou não parque. Destacou que o IPHAN tem a política de incentivar os Municípios a assumir os sítios do seu território, sendo uma política cultural dos entes, em seguida atestou que o Sítio arqueológico do Morro Santo Antônio e Morro Santana é o sítio de mineração mais importante de Minas Gerais, merecendo todo respeito e cuidado porque tem estruturas íntegras que não é achado em nenhum outro lugar de Minas Gerais, que é o celeiro da mineração. Ato contínuo, iniciou uma apresentação referente ao tombamento do conjunto paisagístico e arqueológico dos morros Santana e Santo Antônio em Mariana. Destacou que a tragédia crime em Mariana, liberou os Municípios atingidos de fazerem um laudo de estado de conservação dos seus bens tombados para beneficiar o Município e com isso os Municípios foram prejudicados, pois deveriam ter cobrados do poluidor-pagador o pagamento dos laudos de estado de conservação dos seus bens culturais. Ressaltou que todo ano fazia um laudo de estado de conservação que era exigido pelo IEF para recebimento do dinheiro do ICMS, porém esse laudo foi suspenso, ficando tudo abandonado. Mencionou que o morro Santo Antônio está sendo impactado por motoqueiros, garimpos clandestinos, precisando de políticas emergenciais. Destacou que no dossiê de tombamento, tem o detalhamento da topografia com a locação das estruturas principais, tendo uma base cartográfica e topográfica muito boa. Disse que esse patrimônio não se limita ao patrimônio arqueológico, que o que temos é um patrimônio imaterial e material a qual possui leis federais e convenções internacionais, a qual o Brasil é signatário, junto a ONU e a UNESCO que protege esse bellissimo lugar. Com a palavra o vereador Ítalo destacou a importância de escutar o mesmo assunto, sob diversas óticas e que é necessário procurar a prefeitura para entender como está o procedimento administrativo para posteriormente buscarem a melhor solução. Com a palavra a Sra Josimari, moradora do bairro, relatou que reside no bairro há dezoito anos e que o primeiro contato com o sítio foi no primeiro dia em que mudou para o bairro, onde havia uma movimentação de pessoas subindo para o parque, onde havia uma imagem de Santana e que somente quem conhece o morro Santana, independente da denominação de parque ou sítio, saberá o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

que está sendo discutido. Destacou a importância de levar a história do parque arqueológico às escolas, porque muitos não sabem como foi construído e para o que serviu. Com a palavra, o Sr. Célio Maciel, ratificou a fala da Sr. Josimari, ressaltando a importância de levar a história do Morro Santana para as crianças, pois há moradores que tiveram familiares que moravam no Morro Santana. Em seguida, destacou a importância da preservação do parque, principalmente na qualidade de vida, uma vez que vai ser preservado e não invadido, que há minas sendo tombadas, buracos de saris sendo usados como esgoto, se aproximando de nascente, já que no local existe a nascente que atende o Bairro Rosário e o Morro Santana e se as construções avançarem, haverá a contaminação das nascentes, prejudicando as matas que protegem as nascentes e consequentemente danificando a vida. Com a palavra o Vereador Ronaldo Bento, agradeceu a presença de todos, destacando que houve falhas na construção e que essa responsabilidade tem que ser trazida para o poder público e que em conversa com o atual Prefeito, o mesmo disse que a intenção é assumir essa responsabilidade. Dando continuidade, disse que essa é uma política que tem que ser construída pelo poder público, da Câmara Legislativa e o Executivo, estando disposto a trabalhar em favor disso. Concordou que precisa ser feito alguns ajustes no plano de manejo. Em seguida, com a palavra, o Sr. Roberto Rodrigues agradeceu pelo convite e a presença de todos, mencionando que a fala da Sra. Alenice Baeta afirmou o que o mesmo disse na audiência, sendo que há o ICMS cultural que nunca foi utilizado no Bairro e nem no bem tombado. Esclareceu que a gestão do Compat, até o ano de dois mil e vinte e quatro, não era feito pelo executivo, sendo o Presidente do Compat eleito pelos ex-conselheiros do Compat. Com a Lei do no passado, que foi modificada pelo ex-Prefeito Celso Cota, a organização do Compat foi alterada, sendo que do ano de dois mil e treze até o ano de dois mil e vinte quatro a gestão foi feita pelo Compat, sociedade civil, não tendo nada haver com o executivo. Em seguida, se dispôs a agendar com o executivo, assim que localizarem o processo, para recuperar o plano de manejo e fazerem as devidas adequações, sendo de seu interesse o andamento desse processo. Com a palavra o Sr. Lucas Francisco, disse que com as fala dos presentes, observou os detalhes de cada ponto que tem que ser cobrado como cidadão da Cidade. Com a palavra o Sr. Décio, relatou que já fez uma caminhada arqueológica de pertencimento, levando muitos alunos para visitarem o local. Em seguida, discorreu sobre a história de Roque Seller, pedindo ao Sr. Roberto Rodrigues que tratasse o assunto referente ao Morro Santana com mais carinho, para ajudar a preservar o local que possui belíssimas histórias e que foi construída com trabalho escravo, por pessoas que não viviam mais de trinta anos nessas minas que morrendo por doenças respiratórias e sanguíneas. Em seguida, com a palavra, o Sr. Bruno ressaltou que somos gigantes pela própria natureza e que nenhum poder econômico pode se sobrepor a isso. Seguidamente, parabenizou os vereadores Ítalo Henrique de Oliveira e Ronaldo Bento, pela iniciativa e pela explanação da Sra. Alenice e Roberto Rodrigues. Com a palavra, o Sr. Leandro, mencionou que na presente audiência pública estava faltando a arquidiocese e que a mesma tem muito a contribuir. Ato contínuo, sugeriu aos vereadores Ítalo Oliveira e Ronaldo Bento o levantamento, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Mariana, sobre a territorialidade dessa área. Em seguida, disse que o Direito minerário não é eterno, ele expira e o Governo Federal dá licença para a empresa explorar o subsolo, neste íterim, é necessário fazer o levantamento no mapa para verem essa questão. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Ronaldo Alves Bento agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada